

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO N° /13

Autor: Deputado IVAN VALENTE

Requer a oitiva do Sr. Elano Rodrigues Figueiredo, recém-nomeado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde, para prestar esclarecimentos sobre sua atuação na direção de planos privados de saúde antes de compor o quadro da Agência Nacional de Saúde.

Nos termos do arts. 50, 53 e 58 da Constituição Federal, e do art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer a oitiva do Sr. Elano Rodrigues Figueiredo, recém-nomeado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde, para que sejam prestados esclarecimentos acerca da omissão, em seu currículo, de sua relação com as entidades privadas de saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Em reportagem realizada pelo jornal O GLOBO foi divulgado que o mais novo diretor da Agência Nacional de Saúde, o Sr. Elano Rodrigues Figueiredo, recém-nomeado para o cargo de diretor da ANS, omitiu de seu currículo sua relação profissional anterior com planos

privado de saúde. De acordo com a reportagem: “No currículo que enviou ao governo, Figueiredo não mencionou que foi diretor Jurídico da HapVida, empresa que atua no Nordeste vendendo planos para classes C e D”.

Ainda conforme a reportagem: “Figueiredo foi diretor da HapVida pelo menos desde 2006. A empresa é uma das que são alvo de mais reclamações dos consumidores: na própria lista da ANS está em 18º lugar entre as cem operadoras com mais queixas. Ele também atuou como advogado da Unimed. No serviço privado, ajuizou várias ações contra consumidores. Até mesmo contra a ANS”.

A representante do Instituto de Defesa do Consumidor, Marilena Lazzarini, afirmou que a omissão da ligação do atual diretor com os planos de saúde foi omitida durante a sabatina no Senado, sendo o caso de sua anulação, tendo em vista que: “O envolvimento do indicado com os planos privados é de conhecimento público e notório. E a Presidência da República enviou o currículo dele com essa omissão. Isso precisa ser apurado”.

No mesmo sentido, os servidores da Regulação Federal da Agência Nacional de Saúde Suplementar demonstraram o seu inconformismo, por meio de carta aberta, com a nomeação de agentes do mercado para diretoria da ANS: “Por estes motivos e outros mais, os servidores da regulação federal da ANS alertam a sociedade brasileira da necessidade urgente de revisão do atual processo de escolha e nomeação dos dirigentes das agências reguladoras e suas estruturas de poder. Enquanto as empresas do setor financiarem as campanhas políticas, assistiremos a nomeação de agentes de empresas disfarçados de especialistas, legitimados por sabatinas teatrais no Senado Federal”.

É importante ressaltar que um conjunto de irregularidades, relacionadas a práticas abusivas por parte das empresas e instituições privadas de Planos de Saúde, tem sido objeto de denúncias por parte das entidades de defesa dos consumidores, especialistas em saúde e sindicatos e associações representativas da classe médica.

O modelo assistencial de saúde suplementar brasileiro já inclui hoje um contingente de aproximadamente 50 milhões de usuários. Com isso, cresce o dispêndio das famílias brasileiras que tem aderido aos Planos de Saúde privados no país, sem que elas recebam em troca um serviço de qualidade e de acordo com as normas vigentes no Código de Defesa do Consumidor e na Constituição Federal.

Nesse sentido, a Agência Nacional de Saúde deveria atuar na defesa dos milhões de brasileiros usuários dos Planos de Saúde, fazendo parte de seus quadros, principalmente de direção, profissionais que não tenham nenhuma relação com as empresas privadas do setor de Saúde de nosso país. Assim, mostra-se imperioso a oitiva do Sr. Elano Rodrigues Figueiredo, para esclarecimentos acerca da sua relação com os planos de saúde privados.

Sala da Comissão, 05 de Julho de 2013.

Deputado Ivan Valente
PSOL/SP